

Prejuízo com anistia pode subir a Cz\$ 500 bilhões

3/7/88, DOMINGO • 9

O Governo já admite que a anistia aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, caso seja confirmada no segundo turno, vai gerar "uma avalanche de processos sobre o Judiciário", movidos por empresários que saldaram seus débitos e que queiram recuperar o patrimônio perdido na operação. Diante disso, o prejuízo com a anistia pode chegar ao total de Cz\$ 500 bilhões, ou Cz\$ 123 bilhões a mais do que as previsões preliminares do Ministério da Fazenda.

A informação foi prestada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao revelar que o Governo pretende evitar isso. Ele disse que esses empresários poderão ter resposta favorável para seus pleitos na Justiça, depois de comparar seus casos com aqueles que não cumpriram com suas obrigações junto aos bancos. Segundo Costa Couto, já há empresários pensando nessa hipótese.

Desvios

Ao rever, numa amostragem entre as instituições credoras, a situação dos devedores comprometidos com financiamentos do programa de crédito para micros, pequenos e médios empresários, o Governo detectou centenas de casos de desvios dos recursos para

atividades não previstas no contrato inicial. Daí a razão, afirmou o chefe do Gabinete Civil, de se acreditar que "os advogados vão faturar alto", com a avalanche de processos.

O Governo vai tentar proteger-se da anistia que, de acordo com o ministro do Planejamento, João Batista Abreu, não está prevista na revisão orçamentária, baixada por decreto-lei há nove dias. Se houver necessidade de cobrir esse rombo com recursos do Tesouro, vai haver um aperto geral. Abreu acredita, entretanto, que o Governo vai exercer uma pressão mais forte no segundo turno da Constituinte, para suprimir ou atenuar a anistia.

O rombo das decisões da Constituinte vai além: engloba, a preços de junho, mais Cz\$ 145 bilhões da anistia dos juros e multas para quem está em débito com o fisco, outros Cz\$ 49 bilhões para a demarcação de áreas indígenas e, finalmente, Cz\$ 75 milhões para reenquadrar os demitidos por motivo político.

Nessa conta, ainda não está incluído o rombo da Previdência Social. A correção dos benefícios dos aposentados poderá levar a um gasto adicional de Cz\$ 350 bilhões, mas o Ministério da Previdência afirma que disporá do dinheiro.

Cabral já defende modificação

Fortaleza — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), defendeu ontem em Fortaleza a modificação do texto aprovado semana passada sobre a anistia da correção monetária das dívidas contraídas pelos microempresários e produtores rurais na época do Cruzado I. Para ele, só assim serão eliminadas as dúvidas a respeito dessa decisão da Constituinte. Cabral acha que do jeito que está, a anistia "premia o mau pagador".

Na sua opinião, faltou diálogo entre o Governo e a Constituinte para a votação e aprovação da anistia fiscal. Bernardo Cabral reafirmou que essa medida trará "enormes prejuízos" para a Nação. Por isso, criticou o Governo por não ter colocado em plenário o mesmo número de deputados e senadores registrado durante a votação do mandato de cinco anos para Sarney. Para o constituinte peemedebista, se isso tivesse ocorrido, a anistia da correção monetária não teria sido aprovada.

Bernardo Cabral prometeu entregar na próxima terça-feira o relatório do texto da nova Constituição, aprovado em primeiro turno, depois do que correrá o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas. Ele acha que a Constituinte poderá concluir seus trabalhos antes mesmo do dia 7 de setembro. O relator da Constituinte está se esforçando para que o encerramento se dê no Brasil.

Arquivo 06/05/88



Cabral: Prêmio ao caloteiro